



## Poderes

# Em derrota do governo, Congresso derruba em parte veto a emendas

— Em sessão conjunta, deputados e senadores retomam R\$ 3,6 bilhões em recursos ao [le#w](#) apreciar vetos à Lei Orçamentária Anual; análise sobre calendário de repasses é adiada

VICTOR OHANA  
LANDER PORCELLA  
GABRIEL HIRABAHASI  
BRASÍLIA

O Congresso derrubou ontem parcialmente veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 e retomou R\$ 3,6 bilhões em emendas parlamentares. O veto de Lula havia atingido verbas que eram resultado de um acordo político, o que irritou deputados e senadores.

As emendas parlamentares das comissões temáticas do Congresso não são impositivas (de pagamento obrigatório), mas foram turbinadas e passaram a ser usadas como moeda de troca pelas cúpulas da Câmara e do Senado nas negociações internas.

Inicialmente, estavam previstos R\$ 11 bilhões para essas emendas. No entanto, o Congresso aprovou na LOA um montante de R\$ 16,6 bilhões. Ao analisar a lei, o presidente Lula havia cortado R\$ 5,6 bilhões, 33% do valor.

O governo justificou, no veto, que houve “contrariedade ao interesse público” no aumento das verbas, porque, com elas, “ficam comprometidas programações relevantes que demandam recomposição, mesmo que parcial”.

Com a reação negativa do Congresso, o governo e os parlamentares fizeram um acor-

do para recompor R\$ 3,6 bilhões do valor cortado. Ou seja, R\$ 2 bilhões permanecem vetados. A sessão do Congresso para analisar os vetos foi adiada várias vezes até que se chegasse a um entendimento.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, desses R\$ 3,6 bilhões, o governo vai destinar dois terços para a Câmara e um terço para o Senado.

**PODER.** Foi adiada, contudo, a análise de vetos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que incluem o calendário para pagamento de emendas impositivas (individuais e de bancada estadual). A discussão sobre as emendas ocorre em um

**Disputa**  
**Congresso tem aumentado poder sobre destino de verbas, o que reduz dependência do Planalto**

contexto de disputa entre o governo e o Legislativo pelo controle do Orçamento. Nos últimos anos, o Congresso tem aumentado cada vez mais seu poder sobre a destinação das verbas públicas, o que gerou um empoderamento inédito de deputados e senadores, que passaram a depender menos do Palácio do Planalto.

Como apurou o *Estadão/Broadcast*, parlamentares se movimentaram para derrubar o veto do presidente ao cro-



Parlamentares derrubaram parcialmente veto presidencial

nograma de execução de emendas parlamentares. Essa iniciativa ocorreu apesar de o governo ter propagado nos últimos dias que havia um acordo para manter o veto e, por consequência, o calendário estabelecido pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

**SEM ACORDO.** Durante a sessão de análise dos vetos, líderes admitiram que o tema iria a voto sem um acordo, com tendência para a derrubada do veto.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), chegou a reclamar no plenário sobre o descumprimento de acordos. O petista disse ter sido pego de surpresa com uma possível mudança de decisão de parlamentares sobre um dispositivo da Lei Orçamentária

Anual sobre emendas parlamentares de comissão. “Quando eu chego ao plenário, tem cédula diferente daqueles líderes que fizeram o acordo. Não pode ser assim também, porque, se não, o Parlamento deixa de ser aquela coisa de palavra dada, palavra cumprida.”

O cronograma de pagamento das emendas estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias é defendido por parlamentares que se queixam do atraso do governo em pagar emendas impositivas.

**INSTRUMENTO.** Caso o calendário de emendas seja instituído, o governo perderá um importante instrumento de negociação com o Congresso, já que era possível usar as datas de execução das emendas em barganhas por projetos de interes-

se do Planalto.

Ontem o Congresso derrubou ainda vetos do presidente à lei que flexibilizou o registro de agrotóxicos, a trechos da regulamentação das apostas esportivas e a partes da mudança feita na Lei de Licitações. As decisões foram tomadas em votação conjunta do Congresso por meio da cédula eletrônica.

Deputados e senadores concordaram em retomar oito itens vetados por Lula na lei de flexibilização dos agrotóxicos. Esses pontos dizem respeito a fiscalizações, reanálises de riscos e regras do processo regulatório dos defensivos agrícolas. A análise dos demais itens vetados pelo petista foram adiados para uma sessão prevista para o dia 28 deste mês.

**BETS.** Os parlamentares também derrubaram um veto do presidente na Lei das Bets. O trecho que será retomado diz respeito a como os prêmios das apostas esportivas serão taxados pelo Imposto de Renda. Pelo texto recuperado pelos parlamentares, o IR será cobrado sobre o resultado total de cada ano de apostas, e não a cada aposta individualmente.

Esse formato de cobrança foi incluído pelos congressistas a despeito da vontade do Ministério da Fazenda, que acredita que a arrecadação diminuirá nesse modelo. ●

ANÁLISE DE VETO É ADIADA E HAVERÁ ‘SAIDINHA’ DE PRESOS NO DIA DAS MÃES. PÁG. A21

## Negociações do Planalto revelam fragilidade

## ANÁLISE

VERA ROSA  
BRASÍLIA

A sessão do Congresso convocada ontem para analisar vetos presidenciais a propostas aprovadas por deputados e senadores mostrou que o governo ainda está desarticulado na política. Embora o Palácio do Pla-

nalto tenha conseguido adiar a votação do veto do presidente Lula ao projeto de lei que proíbe a saída temporária de presos e também ao cronograma definido pelo Legislativo para pagamento de emendas parlamentares, ficou evidente a fragilidade das negociações ali entabuladas.

Diante da falta de votos para impedir que a oposição, com apoio de alguns deputados do Centrão, desse uma rasteira no Planalto, a estratégia foi

apelar pelo adiamento, na tentativa de haver um acordo mais adiante.

“Quem joga pelo empate também ganha. Às vezes, o empate dá vitória”, disse ao *Estadão* o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso.

Na avaliação de ministros ouvidos pelo *Estadão*, o modelo aprovado pelo Congresso é uma “camisa de força”.

Antes das 15h, líderes do governo anunciaram haver um acordo com a oposição para que, no lugar de um cronograma fixo de pagamento de emendas, o Executivo liberasse 55% das chamadas transferências especiais, ou Pix, até 30 de junho. Na prática, esses

recursos caem diretamente no caixa das prefeituras e dos governos estaduais antes de qualquer licitação. A data de 30 de junho é o prazo-limite por causa das eleições municipais marcadas para outubro.

**Insegurança**  
**Oposição sustenta que desconfiança no governo levou a derrubada de vetos do presidente**

“Esse é um ano atípico e todo mundo tem compromissos a cumprir”, disse o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça

(CCJ) da Casa.

Em troca da manutenção do veto ao calendário fixo de liberação das emendas, o Planalto também propôs o pagamento de emendas individuais destinadas à saúde. Mas não há garantia de acordo.

“O que acontece nessa Casa é igual a uma música dos anos 80: ‘Tudo muda numa noite’”, resumiu Randolfe.

“O problema é que, por trás disso tudo, existe um clima de insegurança política. Muitos vetos do presidente são derrubados porque não se confia no governo”, disse o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), relator da LDO. ●

REPORTER E COLUMNISTA DO ESTADO